



Por uma geografia das comunidades tradicionais: metodologias participativas para a compreensão dos etnosolos na Colônia Z-29, Jaramataia-Alagoas

For a geography of traditional communities: participatory methodologies for the understanding of etnosols in Colony Z-29, Jaramataia-Alagoas

Jackson Belo Pereira¹; Matteus Freitas de Oliveira²; José Lucas Nunes de Farias³

¹Discente do 3º ano do Médio Integrado ao Técnico do curso de Agroindústria e bolsista PIBIC/IFAL 2018-2019 do projeto “Classificação etnopedológica em comunidade tradicional de Alagoas: O caso da Colônia Z-29 do Povoado São Pedro em Jaramataia-Alagoas, com base em saberes local e geoprocessamento”, Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha, jackson.belo2001@gmail.com, membro do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade no Sertão de Alagoas;

²Docente EBTT, Mestre em Geografia, Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha, matteus.oliveira@ifal.edu.br, membro do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade no Sertão de Alagoas;

³Técnico em Agroindústria pelo Instituto Federal de Alagoas – Campus Batalha, lucasnfarias2435@gmail.com, membro do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Sustentabilidade no Sertão de Alagoas.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 16 de novembro de 2019; Aceito em: 05 de janeiro de 2020; publicado em 10 de 01 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

RESUMO: Este artigo tem como proposta discutir a importância do uso de metodologias participativas em pesquisas relacionadas a comunidades tradicionais. O Brasil possui inúmeras expressões culturais, e, por isso mesmo, comunidades indígenas, quilombolas, camponesas, pesqueiras, entre outras, mantêm relações socioespaciais singulares em seus territórios. A ciência tradicional hegemônica invisibilizou, por muito tempo, questões de pesquisa por meio de metodologias frias e escritas parciais que não alcançavam o território identitário dessas comunidades. Parte-se aqui da experiência de pesquisas realizadas na Colônia Z-29, no Povoado São Pedro, em Jaramataia, Alagoas, para compreender como saberes e fazeres ancestralizados são acionados para classificar, por meio de chaves de identificação, diferentes tipos de solos e seus usos. A partir da participação observante, foram realizadas rodas de conversa que foram potencializadas com o uso da técnica da mística, buscando conhecer as cosmologias pesqueiras com relação aos solos registradas em diário de campo do método geoetnográfico. Destaca-se que a abordagem etnopedológica não serviu apenas para classificar os solos partindo dos saberes tradicionais, mas refletiu a identidade, a coletividade e a ancestralidade de um povo que precisa de uma outra escrita acadêmica tão potente quanto suas oralidades.

PALAVRAS-CHAVE: Saberes e fazeres, Chaves de identificação, Participação observante, Geoetnografia, Rodas de conversa.

ABSTRACT: This article aims to discuss the importance of using participatory methodologies in research related to traditional communities. Brazil has innumerable cultural expressions, and for this reason indigenous communities, quilombolas, peasants, fishing, among others, maintain unique socio-spatial relations in their territories. Traditional hegemonic science has long made research questions invisible through cold and partial written methodologies that did not reach the identity territory of these communities. It starts from the experience of researches carried out in Colony Z-29, in São Pedro Village, in Jaramataia, Alagoas, to understand how ancient knowledge and practices are used to classify, by means of identification keys, different types of soils and their characteristics. Uses. From the observant participation, conversation wheels were held that were potentiated with the use of the mystical technique, seeking to know the fishing cosmologies in relation to the soils recorded in a field diary of the geoethnographic method. It is noteworthy that the ethnopedological approach not only served to classify soils based on traditional knowledge, but reflected the identity, collectivity and ancestry of a people who need another academic writing as potent as their orality.

KEYWORDS: Knowledge and practice, Identification keys, Observant participation, Geoetnography, Conversation wheels.

INTRODUÇÃO

A experiência da entrada da ciência no universo simbólico de comunidades tradicionais não é algo novo. Muitos pesquisadores, dotados de inúmeras linhas e possibilidades metodológicas, realizam/realizaram suas pesquisas e/ou intervenções de extensão com grupos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros. Essas entradas às vezes são “cegas” e carregadas de pré-conceitos que induzem resultados de pesquisa e pouco retratam o cotidiano que se busca/buscava apreender. Mesmo considerando deslocamentos no tempo e no espaço, a ciência geográfica encontra desafios para entrar, se diluir, se tornar e interpretar as identidades, os territórios e as vidas dessas comunidades.

Este artigo parte da reflexão de nossas dificuldades em tentar romper com o discurso da neutralidade que povoa a atmosfera da ciência geográfica brasileira, como *modus operandi* para a fabricação de verdades e, por que não, de ciência e, ao mesmo tempo, socialização da experiência da reinvenção, mais que necessária, de uma outra abordagem geográfica para dar conta dos desafios teórico-metodológicos que as comunidades tradicionais promovem no encontro de alteridades.

Nossa experiência, apesar de recente, iniciada em 2017, está somada a relatos e diagnósticos de inúmeras pesquisas de variadas áreas do conhecimento que ousam assumir as limitações e fragilidades epistemológicas. Percebemos que é na atividade de campo, no contato face a face com as pessoas, que em coletividade explodem as crises científicas e demandam outras tomadas teóricas e metodológicas de decisão para apreender a realidade de estudo.

A experiência de estudar a pesca artesanal e sua cadeia produtiva nos levou à profunda crise¹ e à busca de alternativas para compreender relações que extrapolam o mecanismo extração-comercialização dos recursos pesqueiros que se destaca na maioria dos artigos científicos, como também a insipiente e velha concepção de que os pescadores artesanais o são em função de suas relações com a água, dispensando uma análise mais dialética que não divida cruelmente a vida conjugada que possuem com a terra e com a

¹ Os trabalhos geográficos obedeciam à ordem da descrição positivista ou, ainda, a trabalhos quantitativistas, carregados de generalizações estatísticas. Com a renovação crítica e a Nova Geografia Cultural, as relações subjetivas da produção de territórios, corpos e identidades conferem a simbiose da relação natureza/ sociedade, colocando em xeque bases teóricas e metodológicas que não dão conta dessas geograficidades.

água e nem os entenda como externos ao território, pois eles são totalidades dessa experiência geográfica que nasce a partir de relações corporais.

Ramalho (2011), em sua longa trajetória antropológica de compreender sociabilidades, representações e discursos de comunidades pesqueiras, percebeu, por meio de relações simbólicas, que o pescador é muito mais que a pesca, pois, acima das concepções de produção e trabalho, o pescador é sentido. Dessa forma, “O sentir dos sentidos é a base da objetivação das capacidades cognitivas daqueles que pescam, seu chão construtor e lapidador do saber-fazer pesqueiro, e também do sentimento e prática de liberdade que os pescadores afirmam ter” (RAMALHO, 2011, p. 316).

Corroborando com Ramalho (2011), Diegues (1983) também compreende que o trabalho do pescador é delimitado, definido e construído sociohistoricamente por meio do uso do corpo, sendo uma existência que se comunica tanto com as energias das águas, como também com a terra. O corpo do pescador articula símbolos para além de sua morfologia, ganhando potência quando se traduz ao nível da linguagem, e geograficamente podemos considerar que a menor escala do território da pesca é o próprio corpo do pescador, local em que as energias territorializantes emergem e investem de identidades complexas o espaço de vida e de coletividade.

Isso tudo ganha mais força pelo fato de ser o pescador uma espécie de artífice, um artesão do mundo aquático. O corpo é o território sobre o qual ele se torna pescador, sendo inescapável aos homens que voltam seu trabalho para o setor pesqueiro (RAMALHO, 2011, p. 317).

Mais do que Ramalho pode nos oferecer, esta pesquisa, que parte da relação dialética terra e água, se debruçou na terra para desconstruir a imagem de única identidade aquática que é atribuída aos pescadores, bem como os saberes que eles produzem sobre aspectos da qualidade e do uso da terra, conhecimentos que fazem parte desse mesmo corpo e, portanto, do mesmo território.

As experiências na terra revelam uma outra Geografia nos escombros das representações marginalizadas desses grupos sociais não assistidos por políticas públicas, porque não são corpos que importam para a lógica dominante do sistema vigente. Como se não bastasse a dupla marginalização que sofrem sendo pescadores-agricultores, existem práticas normatizadoras na ciência que ditam o que é verdade e desarticulam discursos, desqualificando empirias potentes que contraditoriamente retroalimentam ações de resistência, perseverança e que, ao receberem *status* de

coletividade, se manifestam territorializadas por micropoderes contra-hegemônicos (FOUCAULT, 1979). O pescador está no cerne dessas questões, visto que

[...] trata-se de uma situação perversa que obriga o pescador artesanal a conviver com uma dupla marginalidade: a primeira, por determinante geográfica, pois exerce sua atividade pesqueira às margens do oceano, dos rios e das lagoas; a segunda, por imposições estruturais e conjunturais que refletem na carência de organização associativa capaz de libertá-lo da marginalidade socioeconômica em que ainda se encontra, após meio século da tentativa utópica naval (MALDONADO; SANTOS, 2006, p. 326).

Este trabalho teve como objetivo iniciar um debate sobre um outro caminho teórico e metodológico, a partir do estudo dos etnosolos, que possa ser produzido pela experiência dialética de aprender pesquisando, nas profundas trocas de sentidos com o contato entre aquele que pesquisa e aquele que é pesquisado, revelando a potência do encontro social que a pesquisa de campo pode produzir.

Não menos importante, objetivamos testar metodologias participativas para acessar as constelações de saberes e fazeres, que são ancestrais, e desconstruir a ideia de impotência de produção de saberes que esses indivíduos costumam acreditar possuir. Esse trilhar pode ser o enunciado de uma Nova Geografia Cultural mais apta a dialogar com comunidades tradicionais.

JUSTIFICATIVA

O campo dos trabalhos etnos tem crescido nas últimas décadas e alcançado comunidades tradicionais do tipo indígena, como o trabalho de Pereira (2005); quilombola, com as considerações de Matos et al. (2014); e pesquisas em colônias de pescadores realizadas por Pereira et al. (2018). A potência dos estudos culturais está na possibilidade de escolher temáticas, grupos sociais e eventos que estavam em estado letárgico devido aos critérios de escolha de temáticas prioritárias na ciência hegemônica.

A letargia desses temas é uma estratégia para invisibilizar grupos e processos que são desinteressantes para núcleos de pesquisas que dominam e determinam quais linhas serão as hegemônicas dentro dos centros acadêmicos. Essa marginalização alcança outros setores da sociedade, como políticas públicas, gestão e até mesmo território, já que parte das comunidades tradicionais reivindica a posse de seus territórios de vida.

Sobre o não acesso ao direito à terra, um dos pescadores/agricultores ilustrou a situação da negação ao território quando disse que

[...] o terreno que eu trabalhava era meu, mas chegou o ponto de que eu não tava com o documento da terra, aí veio [o cara] e cercou [...]. É... Aí eu num tinha o que fazer, porque eu não tinha o documento pra provar que a terra é minha. Eu trabalhava em uma posse de terra, eu trabalhava, mas num era documentada [...]. Aí o caba fez o uso de capiã antes de mim, e quando eu pensei [...] [Ele veio e disse] “Aí, oh sou o dono, olhe aqui o documento” [...] (Pescador 02, Entrevista Semiestruturada dia 20/09/2018).

Destacamos a grande contribuição da Antropologia na busca do estudo dos “exóticos”, como também o crescimento de pesquisas descentralizadoras de temáticas, desestabilizadoras de conceitos e subversivas metodologicamente que vêm sendo realizadas na Nova Geografia Cultural. Essa mudança de abordagem também decorre de uma corajosa revisão epistemológica e do enfrentamento de correntes de pensamento, bem como da inegável necessidade de diálogos interdisciplinares com outros saberes acadêmicos e não acadêmicos (MOREIRA, 2007).

METODOLOGIA

Este artigo é resultado de esforços teóricos e metodológicos dentro da perspectiva da pesquisa qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002). Sua intenção se sustenta na tentativa de socializar experiências no que tange à pesquisa com comunidades tradicionais e à utilização de metodologias participativas e dialógicas.

Ao partir de um viés mais fenomenológico, o território se torna possível de análise por meio da percepção e cognição espacial, ver Ataíde (2011) e Silva e Verbicaro (2016). Dessa forma, associando geoprocessamento, metodologias participativas e geoetnografia, esta pesquisa conseguiu sintetizar os significados territoriais e a *praxis* dos ribeirinhos.

Na coleta de dados, foram utilizados a participação observante, os relatos de pescadores e pescadoras e os registros de campo, subsidiando a geração de um banco de dados, com suporte em Sistemas de Informações Geográficas sobre as etnotipologias que os pescadores atribuíam à terra, no território pesqueiro, como observaram Soares et al. (2018), permitindo o diálogo entre dialética e fenomenologia numa única abordagem.

Isso se torna evidente quando o contato com o fenômeno se dá na participação observante que fundamenta a geoetnografia, pois, a partir dela,

[...] conseguimos compreender a comunidade estando inserida nela, utilizando a percepção que os moradores têm de si, ouvindo suas histórias, presenciando as atividades desenvolvidas no cotidiano, percebendo suas culturas, conhecendo suas atividades diárias, notando o sentimento que possuem para com a comunidade e o que ela significa para os seus moradores [...] (ROCHA et al., 2017, p. 286).

A aproximação com a comunidade e os laços de confiança e solidariedade se deram como nos alertam Rocha et al. (2017), o que nos permitiu acessar a essência do território, que são os sentidos que os pescadores produzem para interpretar o mundo a partir de suas cosmolocalidades. Nesse contexto, essa escrita fala muito pouco sobre nós e bem menos ainda do que acreditamos, visto que buscamos entender os tipos de solos pela cosmovisão deles, de como “eles dizem” e sobre a forma “como eles vivem” (SOUZA, 2013), isto é, como eles criam chaves para diferenciar as ocorrências de tipos de solos. Para o entrevistado 02, “[...] *O centro dela é muito, e essas outra não, ela não tem centro, você cava dois dedo e já dá na peda* [...]” (Entrevista Semiestruturada dia 20/09/2018). Assim, as etnocartas refletem essas leituras de mundo, pois são resultado do diálogo entre pesquisadores e comunidade, portanto são carregadas de intencionalidade.

Percebemos que a interação entre pesquisador e comunidade, longe do rigor da ciência tradicional, é a tônica dos estudos culturais. Os trabalhos de Araújo et al. (2013), Victor (2014) e Pereira et al. (2018) desenvolvem uma leitura de classificação do solo que parte dos saberes de comunidades indígenas e quilombolas e da pesca artesanal para as correlações científicas, aproximando as relações entre ciência e comunidade que, na experiência do Brasil, apresentam sérios entraves.

A escolha dos informantes de campo foi baseada nos trabalhos anteriores realizados na comunidade por Oliveira, Netto e Vieira (2017) e Soares et al. (2018). Ambos, em aplicação de questionário diagnóstico, classificaram os pescadores/agricultores dos que apenas pescam, como podemos evidenciar no depoimento a seguir:

[...] *É, antes eu num era pescador, antes disso eu trabalhava só na agricultura mesmo, depois foi que eu passei a pescar [...]. Foi só uns dez anos de profissão de pescador, eu sei que eu trabalhava na agricultura e pescava, eu trabalhava pra mim e eu ia a hora que eu quisesse. Num era no meu terreno, era dos outro mais [...]*
(Pescador 02. Entrevista Semiestruturada dia 20/09/2018).

Essa seleção permitiu a realização de entrevistas semiestruturadas e as rodas de conversa, sendo que a escolha dos participantes obedeceu aos critérios apontados por Ataíde (2011), reunindo pescadores mais experientes com os mais novos.

Além disso, o processo foi participativo, como indicam Silva e Verbicaro (2016), e a busca dos tipos de solos só foi possível graças ao acompanhamento dos colonos nas duas etapas de levantamento de dados com uso do *Global Positioning System* – GPS². Para nós, o acompanhamento dos pescadores na localização dos etnosolos representou mais que uma atividade de guia, foram as caminhadas transversais em que saberes são socializados e ressignificados, como apontam Audeh (2011) e Araújo et al. (2013).

Para a realização do etnomapeamento participativo, levamos em consideração a percepção dos pescadores, ou seja, a Geografia das Comunidades Tradicionais, as quais transbordam saberes de gerações sobre profundidade, textura, tonalidade, porosidade, presença de nutrientes e indicações de usos edáficos. Assim como Soares et al. (2018), percebemos que existia uma geografia própria, com etnonomenclaturas para os tipos de solos no território pesqueiro, como evidenciaram Tavares et al. (2016) nos municípios de Antonina e Morretes, no Estado do Paraná, mais especificamente no litoral do Estado.

Para registrar essas informações e organizá-las de forma didática, os diálogos foram gravados, com a autorização dos pescadores, por meio do termo de consentimento livre e esclarecido. E as muitas horas de conversas foram transcritas e se transformaram em nosso documento-guia de compreensão acerca das cosmogonias, cosmologias, constelações de valores e simbolismos que os pescadores possuem sobre as dinâmicas e os processos da terra.

² Equipamento de coleta de dados geoespaciais que permite a localização com grau de precisão para modelagem computacional em sistemas geográficos de mapeamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DE ONDE BROTA A GEOGRAFIA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DA ETNOPEDOLOGIA

A Nova Geografia Cultural vem passando por uma virada conceitual desde a reorganização dessa área com as contribuições de Claval (2007) e Cosgrove e Jackson (2014), entre outros pesquisadores. Essa vertente chamada de Nova Geografia Cultural compreende que não existe paisagem cultural sem códigos culturais, pois ambos se manifestam na paisagem, evidenciando as peculiaridades oriundas do emprego de técnicas, produzindo formas espaciais singulares e com forte experiência subjetiva na relação sociedade e natureza.

Se a paisagem passa a ser considerada uma imagem cultural, “um meio pictórico de representar ou simbolizar tudo o que circunda o ser humano, então pode ser estudada através de vários meios e superfícies: por intermédio da pintura sobre tela, da escrita sobre papel, das imagens gravadas em filme, e mesmo da terra, da pedra, da água e da vegetação sobre o solo” (DANIEL e COSGROVE, 1987). Cada um desses meios revela significados que os grupos humanos atribuem às áreas e aos lugares, e permite relacionar estes significados a outros aspectos e condições da existência humana (COSGROVE; JACKSON, 2014, p. 137).

Para compreender as ressignificações que os grupos humanos realizam da natureza, contextualizaremos os saberes que são produzidos pelas comunidades tradicionais mais comuns no Brasil, como as indígenas, quilombolas, campesinas e pesqueiras. As territorialidades produzidas pelas comunidades tradicionais se constituem enquanto temas privilegiados pelos estudos etnogeográficos e etnopolíticos, que, para Caetano e Bezzi (2011), representam temas de interesse nos eventos acadêmicos. A forma como essas comunidades articulam saberes sobre plantas, solos, técnicas, astros, conceitos, entre outros temas, reflete identidades territoriais que as constituem, por isso demandam complexas questões de pesquisas acadêmicas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2010).

Outras ciências, como a Botânica, a Antropologia e a Agronomia, fizeram o mesmo caminho em busca da compreensão desses sistemas simbólicos que foram desvalorizados pela ciência tradicional hegemônica. A Nova Geografia Cultural e os estudos etnoecológicos e etnogeográficos, campos do saber que associam metodologias participativas, compreendem que

[...] o diálogo entre conhecimentos e percepções locais (saber popular) e os conhecimentos técnico-científicos, [*possibilitam*] uma construção conjunta sobre a adoção de formas de uso e manejo dos solos, incluindo-se no escopo da etnopedologia (ALVES & MARQUES, 2005; FINATO et al., 2015). (BRACAGIOLI NETO et al., 2018, p. 03, grifos nossos).

O desdobramento da vida comum e a apropriação do território de geração para geração permitem a produção e o acúmulo de saberes e fazeres que diferenciam grupos sociais, entre eles os pescadores artesanais, que, por mais que vivam relacionados à água, mantêm fortes ligações com a terra (DIEGUES, 1983; OLIVEIRA; NETTO; VIEIRA, 2017).

Para Toledo e Barrera-Bassols (2010, p. 06), “O saber tradicional é compartilhado e reproduzido mediante o diálogo direto entre o indivíduo, seus pais e avós (em direção ao passado) e/ou entre o indivíduo, seus filhos e netos (em direção ao futuro) com a natureza. [...]”. Em atividade de pesquisa de campo, um dos pescadores na caminhada transversal explicou o que era e onde se localizava a Terra de Piçarra:

[...] *É uma terra fina, solta, né, não é uma terra ligada, né. Tipo a piçarra... a piçarra é solta. E barro vermelho é ligado e essa não. Aqui nessa região aqui nossa. Aqui por cima, subindo aqui por trás. Essas terras são todas assim [...]* (Pescador 03. Entrevista Semiestruturada dia 20/09/2018).

CAMINHADAS, ESCRITAS E MAPAS TRANSVERSAIS: A EXPERIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Existem inúmeras metodologias participativas que são utilizadas para acessar os sistemas simbólicos de comunidades tradicionais. Podemos destacar os trabalhos de Toledo e Barrera-Bassols (2010), Audeh et al. (2011), Araújo et al. (2013) e Victor (2014), que acrescentaram as caminhadas transversais como momento de intensa aprendizagem e troca de saberes. Anteriormente citadas, as caminhadas transversais não podem ser compreendidas como uma simples atividade de guia, sendo mais profunda, uma espécie de entrevista semiestruturada geoespacializada percorrida na área da pesquisa.

As caminhadas transversais basearam-se na observação e excursão na área, mediante metodologias fundamentadas no DRP (Diagnóstico Rápido e Participativo), que segundo Alencar & Gomes (2001) consiste em percorrer uma determinada propriedade, bairro ou comunidade rural, acompanhado de um informante (preferencialmente uma pessoa do local e que conheça bem a região), observando todo o agroecossistema (VICTOR, 2014, p. 38).

Utilizamo-nos das caminhadas transversais para conhecer o território, como também para localizar os etnosolos citados nas entrevistas e rodas de conversa. Porém, mais que acompanhantes, os sujeitos da pesquisa em contato com o pesquisador promovem trocas, ressignificam saberes e se deslocam no mundo dos significados territoriais. Para o pesquisador, as caminhadas transversais devem provocar uma cisão não apenas metodológica, mas ao nível da escrita, para que os registros não voltem a ser externos às vivências, mas que possam transbordar a experiência participativa e dar garantias de que saberes de registros orais serão transcritos sem perder o amálgama de seus sentidos.

[...] *É, a terra forte e a terra fraca, porque tem terra que ela é mais fraca, mais fraca porque ela é lavada da água, e tem terra que onde a água num passa ela é mais forte. Onde a água passa que ela vai escorrendo, vai ficando uma terra mais fraca [...]* (Pescador 01. Entrevista Semiestruturada dia 20/09/2018).

O mesmo se torna equivalente para as técnicas do mapeamento participativo, em que as representações cartográficas materializam rotas e ocorrências espaciais importantes para a pesquisa. Essa cartografia deve também ser transversal no sentido de permitir que as mãos dos sujeitos de pesquisa sejam os vetorizadores dos mapas e não apenas suas falas transcritas em longos roteiros de entrevista semiestruturada, sendo, assim, elementos de validação.

Pereira et al. (2018) propuseram o mapeamento etnopedológico na Colônia Z-29 no povoado São Pedro, em Jaramataia, Alagoas, associando as metodologias participativas ao geoprocessamento com base em Sistema de Informação Geográfica – SIG³ – para a descrição de 7 tipos de solos reconhecidos pelos pescadores em seu território. Em suas análises, percebeu-se que os discursos se validavam em face da dimensão coletiva que eles possuíam enquanto saberes compartilhados que revelam a terra, seus usos e sua potência edáfica para subsistência. Além das descrições sobre as características dos etnosolos apresentadas pelos autores, os pescadores perceberam que o

³ O SIG se refere a um pacote de *software* que permite o tratamento automatizado de dados gráficos com seu sistema de coordenadas geográficas definido por base, como nos mostram Pereira e Silva (2001).

uso inadequado do solo pode comprometer sua qualidade e, conseqüentemente, a produção de gêneros agrícolas, como é narrado abaixo:

[A terra] foi cansando, cansando, só trabalhando nela, né, sempre sem adubar. Hoje não dá mais nada aí na terra do paredão, aí pra você ver até o pasto quando chove é fraquinho pra nascer, não tem nem força mais a terra, acho que as terra daqui é assim, área de toda são fraca, agora pra Pedreira, puxando pra Pedreira, Pau Ferro... vai chegando pra a banda de Batalha, aí já é outro terreno [...] (Pescador 02. Entrevista Semiestruturada dia 20/09/2018).

Pereira et al. (2018) constataram que a observação e a percepção dos aspectos da natureza se relacionam de maneira integrada e são verificadas no dia a dia, tanto nos aspectos práticos (*praxis*) quanto na compreensão do manejo para cada tipo de terra e ambiente (*corpus*), além de sua ligação com os aspectos culturais (*kosmos*), ligadas, inclusive, às nomenclaturas das localidades, aos objetos e outros (MATOS et al., 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas em comunidades tradicionais com suporte de metodologias participativas estão crescendo na ciência, sobretudo na brasileira. Além disso, a Nova Geografia Cultural tem desempenhado papel importante na visibilidade de questões étnicas, culturais, de gênero e interseccionalidades de grupos sociais não priorizados pela ciência tradicional hegemônica.

As etnociências caminham na mesma direção, fazem das metodologias antropológicas seus guias para decifrar comportamentos, padrões, atividades e processos em comunidades tradicionais, em que percebemos a importância das caminhadas transversais como um momento de intensa aprendizagem e troca de saberes.

Por fim, destacamos a importância do mapeamento participativo como forma democrática e emancipatória de a Comunidade perceber a totalidade de seu território, já que, na maioria dos casos, o território é uma realidade ainda não sancionada pelo não direito à terra, colocando em risco a existência do grupo e suas identidades.

REFERENCIAS

1. ARAÚJO, Ana Leônia de et al. Etnopedologia: uma abordagem das etnociências sobre as relações entre as sociedades e os solos. *Ciência Rural*, Santa Maria, RS, Universidade Federal de Santa Maria, v. 43, n. 5, p. 850-860, maio 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cr/v43n5/a14813cr6653.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.
2. ATAÍDE, Marcos Sebastião. A etnocartografia no Brasil: 10 anos depois. *Revista Brasileira de Cartografia (Online)*, v. 37, p. 177-181, 2011.
3. AUDEH, Samira Jaber Suliman; LIMA, Ana Cláudia Rodrigues de; CARDOSO, Irene Maria; JUCKSCH, Ivo; CASALINHO, Helvio Debli. Qualidade do solo: uma visão etnopedológica em propriedades agrícolas familiares produtoras de fumo orgânico. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [S.l.], v. 6, n. 3, dec. 2011. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.abaagroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9934>. Acesso em: 31 oct. 2019.
4. BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
5. BRACAGIOLI NETO, Alberto et al. Entre terra e solos: etnopedologia, assentamentos e processos participativos. In: *Anais do VIII Simpósio sobre Reforma Agrária e questões rurais: terra, trabalho e lutas no século XXI: projetos em disputa*, Araraquara, SP, p. 1-12, jun. 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/7A/2_Alberto_Neto.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.
6. CAETANO, Jessica Nene; BEZZI, Meri Lourdes. Reflexões na geografia cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, MG, Universidade Federal de Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 453-466, 26 abr. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/13321/pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.
7. CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
8. COSGROVE, Denis Edmund; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Introdução à geografia cultural*. [s.l.]: Bertrand Brasil, 2014. p. 136-146.
9. DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
10. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
11. MALDONADO, Fabiana; SANTOS, Antônio Carlos dos. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. *Organizações Rurais e Agroindustriais*, Lavras, v. 8 n. 3, p. 323-333, 2006.
12. MATOS, Laudiceio Viana et al. O conhecimento local e a etnopedologia no estudo dos agroecossistemas da comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos. *Sociedade & Natureza* [s.l.], FapUNIFESP (SciELO), v. 26, n. 3, p. 497-510, dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320140308>.
13. MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em Geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

14. OLIVEIRA, Matteus Freitas de; NETTO, João Lúcio de Moraes Gomes; VIEIRA, Carlos Eduardo dos Santos. O saber-fazer e ser pescador artesanal: A produção territorial da Colônia São Pedro de Jaramataia – Alagoas. In: *Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, Curitiba/PA/Brasil, 1 a 5 de novembro de 2017.
15. PEREIRA, Jackson Belo et al. A etnopedologia pesqueira dos colonos do Açude de Jaramataia-Alagoas. In: *Anais do VIII Encontro Científico Cultural*, Santana do Ipanema, AL, p. 1120-1128, 2018. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/5b1fba_e4898bf240e24c9db622dd5030ac388f.pdf>. Acesso em: 14 set. 2019.
16. PEREIRA, Quitéria Elias. Uso de geotecnologias para compartimentação etnopedológica nas terras indígenas Pankararé no Raso da Catarina-Ba. In: *Anais do XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Goiânia, INPE, p. 3237-3244, 2005.
17. RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 54, n. 1, 2011.
18. ROCHA, Patrícia Quirino; SOUZA, Angela Fagna Gomes de; SANTOS, José Rodolfo da Silva; SILVA, Felipe Santos; SOARES, Maria De Almeida; SILVA, Ívia Rejane Ferreira. Uma análise da comunidade tradicional Alto dos Coelhos pelo método geoetnográfico. *Diversitas Journal*, v. 2, p. 284-292, 2017.
19. SILVA, Christian Nunes; VERBICARO, Camila. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. *Scientia Plena*, v. 12, p. 1-12, 2016.
20. SOARES, Isabelle Pereira et al. Etnomapeamento participativo na Colônia Z-29 do Povoado de São Pedro, Jaramataia: Dando sentidos aos usos da água do açude. In: *Anais do VIII Encontro Científico Cultural*, Santana do Ipanema, AL, p. 1064-1080, 2018. Universidade Estadual de Alagoas. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/5b1fba_e4898bf240e24c9db622dd5030ac388f.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.
21. SOUZA, Angela Fagna Gomes de. Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas. In: MARAFON, Glauco José et al. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em Geografia: Reflexões teórico-conceituais e aplicadas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
22. TAVARES, Andressa Kerecz et al. Identificação e descrição de classes etnopedológicas de terras e atributos com agricultores familiares de Antonina e Morretes-PR. *Extensão Rural*, [s.l.], Universidade Federal de Santa Maria, v. 23, n. 3, p. 86-102, 19 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.5902/2318179616931>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309435470_Identificacao_e_descricao_de_classes_etnopedologicas_de_terras_e_atributos_com_agricultores_familiares_de_Antonina_e_Morretes_-_PR. Acesso em: 14 set. 2019.
23. TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. In: SILVA, V. A. et al. (Org.). *Etnobiologia e Etnoecologia: Pessoas & Natureza na América Latina*. v. 1. Recife: NUPEEA, 2010. p. 13-36.
24. VICTOR, Ringo Benjamim. *Etnopedologia como subsídio para o planejamento de uso da terra em assentamento rural de reforma agrária na região do*

Recôncavo da Bahia-Brasil. 115 f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2014. Disponível em:
https://www1.ufrb.edu.br/pgsolos/images/DISSERTA%C3%87%C3%95ES/2014/Disserta%C3%A7%C3%A3o_SQE_-_Ringo_Benjamin_Victor.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.